



MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 03/2020 - Dezembro/2020

Índice

04	Novo Boletim Informativo - CAOPAM
05	Notícias do MPBA - MPBA fortalece combate à improbidade administrativa durante a pandemia do coronavírus
06	Notícias do MPBA - Justiça atende MP e determina indisponibilidade de bens do prefeito de Barra do Mendes
06	Notícias do MPBA - MP recomenda revogação de aumento em 36,36% do salário dos vereadores de Ibiassucê
06	Notícias do MPBA - Cachoeira: MP recomenda revogação de contrato firmado no valor de mais de R\$ 500 mil para compra de panetones e queijos
07	Notícias do MPBA - MP recomenda regularização do portal de transparência do município de Quixabeira
08	Notícias do MPBA - Ex-secretário de Meio Ambiente de Jequié é acusado de improbidade na emissão de licenças ambientais ilegais
08	Notícias do MPBA - Operação Citrus: Desembargador mantém penas de empresário e ex-secretários denunciados pelo MP
08	Notícias do MPBA - MP recomenda medidas para proteger patrimônio público durante transição de mandato em Guanambi
09	Notícias do MPBA - Balanço anual das ações do MP é apresentado na Semana do Ministério Público

Índice

09	Notícias do MPBA - Práticas inovadoras e eficiência são temas de debate no segundo dia da Semana do MP
10	Notícias do MPBA - Semana do MP: membros e servidores envolvidos em projetos que geraram bons resultados para a sociedade são homenageados
11	Notícias do MPBA - Continuação
12	Notícias do STF -
13	Notícias do STJ -
14	Biblioteca Virtual – Consultas
15	Expediente

Novo Boletim Informativo – CAOPAM

Prezados colegas,

Apresento terceira edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2020. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPAM



Notícias do MPBA

MPBA fortalece combate à improbidade administrativa durante a pandemia do coronavírus

Mais de 160 procedimentos relacionados à defesa da moralidade administrativa e proteção do patrimônio público foram instaurados pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) desde o início da pandemia do novo coronavírus. Promotores de Justiça com atuação na área estão trabalhando em todo o estado para dar andamento a cerca de 100 Notícias de Fato, 35 Procedimentos Administrativos de Acompanhamento, 18 Procedimentos Preparatórios de Inquérito Civil e diversos Inquéritos Cíveis. Alguns desses procedimentos já resultaram em recomendações e ações civis públicas. Uma atuação que, segundo o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade (Caopam), promotor de Justiça Frank Ferrari, tem contribuído para a devida aplicação e transparências dos recursos na prestação dos serviços públicos à população, tanto na prevenção e combate à pandemia, quanto em áreas sensíveis como educação, transporte e saúde. [Confira](#)



Notícias do MPBA

Justiça atende MP e determina indisponibilidade de bens do prefeito de Barra do Mendes

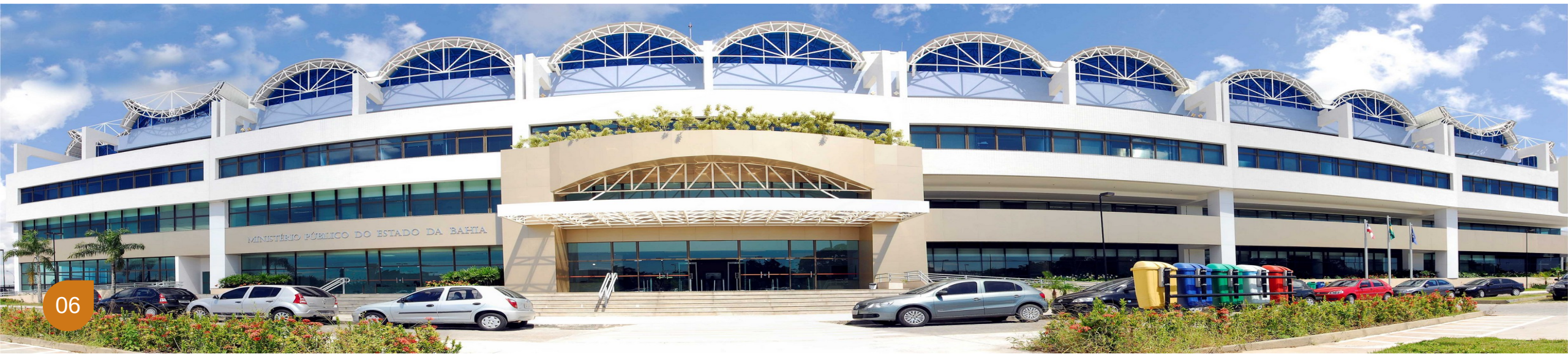
O prefeito de Barra do Mendes, Armênio Sodré Nunes, e o empresário Vladimir Oliveira Figueiredo Bastos tiveram R\$ 232.850,36 do seu patrimônio bloqueados por decisão liminar da Justiça, que atendeu pedido do Ministério Público estadual. A ação civil pública por ato de improbidade administrativa foi ajuizada pelo promotor de Justiça Marco Aurélio Nascimento Amado pela prática de dispensa de licitação por fracionamento do objeto. A ação que baseou a decisão do juiz [Continue lendo](#)

MP recomenda revogação de aumento em 36,36% do salário dos vereadores de Ibiassucê

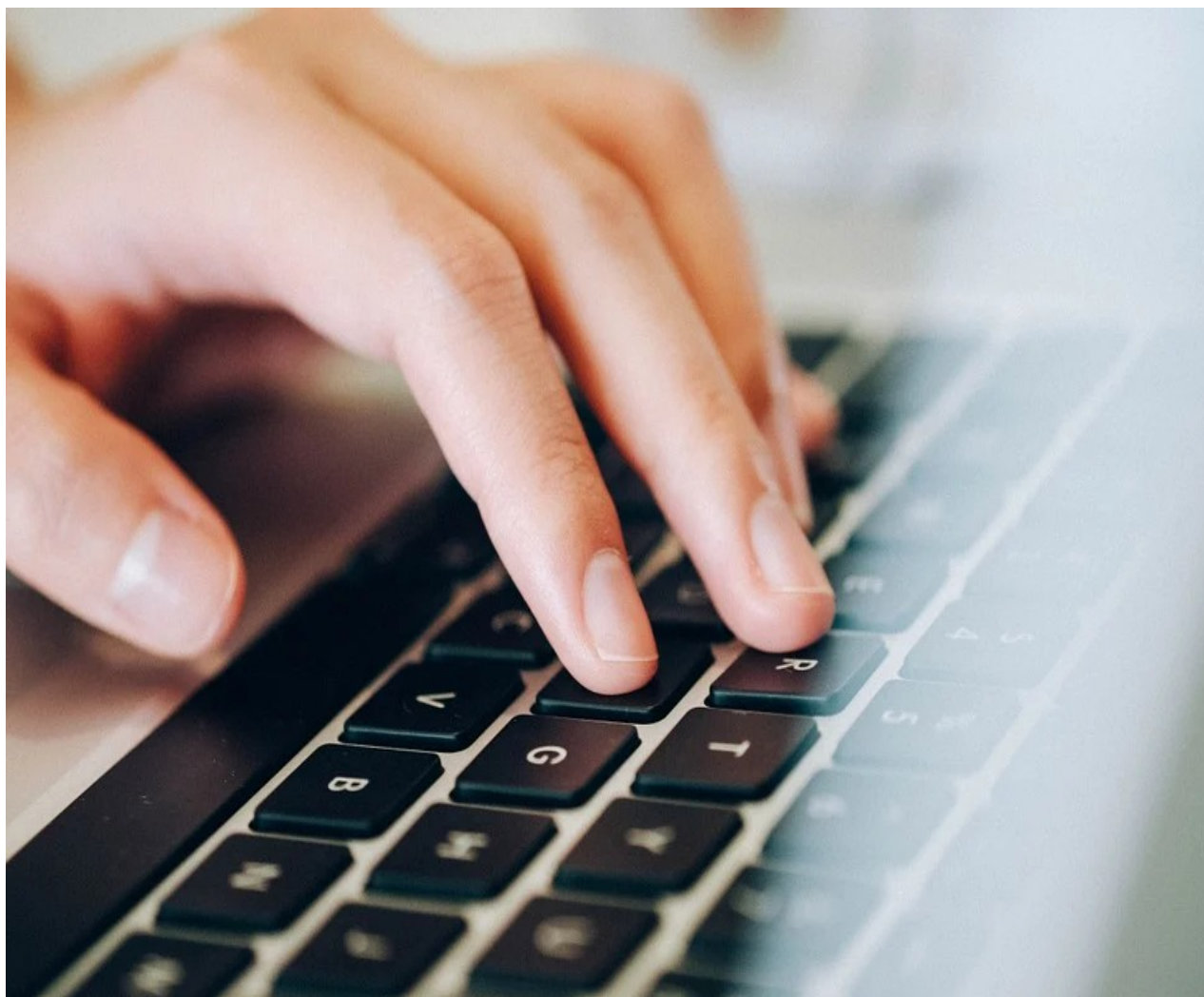
O Ministério Público estadual recomendou hoje, dia 27, aos vereadores do município de Ibiassucê a revogação da lei municipal que aumentou em 36,36%, de R\$ 5,5 mil para R\$ 7,5 mil, o valor de seus subsídios. Na recomendação, a promotora de Justiça Fernanda Lima requisitou ao presidente do Poder Legislativo municipal que encaminhe, em 10 dias, cópia do processo legislativo que resultou na aprovação da Lei Municipal 302/2020, incluindo projeto de lei, pareceres das comissões [Continue lendo](#)

Cachoeira: MP recomenda revogação de contrato firmado no valor de mais de R\$ 500 mil para compra de panetones e queijos

O Ministério Público estadual recomendou ao prefeito de Cachoeira, Fernando Antônio da Silva Pereira, a revogação imediata de contrato firmado pelo Município com a empresa Cristovaldo Cesário da Silva – ME para compra de panetones e queijos que integrariam cestas natalinas e custariam mais de R\$ 500 mil aos cofres públicos. Conforme orientado ontem, dia 16, pelo promotor de Justiça Sávio Damasceno, o prefeito deverá se abster, até o final do seu mandato e no [Continue lendo](#)



Notícias do MPBA



MP recomenda regularização do portal de transparência do município de Quixabeira

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Rafael Macedo Coelho Luz Rocha, recomendou à administração de Quixabeira, a 295km de Salvador, a regularização do portal de transparência do Município. No documento, o MP orientou que sejam disponibilizados em tempo real os instrumentos de transparência da gestão fiscal, conforme descrito no Decreto n. 7.185/2010. Essa legislação considera atualização em 'tempo real' quando as informações são disponibilizadas ao público no primeiro dia útil subsequente ao registro contábil. No portal devem constar informações completas sobre [Continue lendo](#)



Notícias do MPBA

Ex-secretário de Meio Ambiente de Jequié é acusado de improbidade na emissão de licenças ambientais ilegais

O ex-secretário de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente Carlos André dos Santos e o ex-diretor de Meio Ambiente Cauan Peixoto Sampaio, do município de Jequié, foram acusados de cometer atos de improbidade administrativa pelo Ministério Público estadual em três ações civis públicas ajuizadas pelo promotor de Justiça Rafael Matias. Segundos as ações, os então agentes públicos, entre os anos de 2013 e 2017, dispensaram licenciamentos de forma irregular e emitiram autorizações ambientais ilícitas para instalação [Continue lendo](#)

Operação Citrus: Desembargador mantém penas de empresário e ex-secretários denunciados pelo MP

As penas de condenação dos denunciados pelo Ministério Público estadual na operação Citrus foram mantidas, ontem, dia 15, pelo relator do processo no Tribunal de Justiça da Bahia, o desembargador Abelardo da Mata. O magistrado votou pela manutenção integral da sentença de primeira instância, que condenou o empresário Enoch Andrade Silva a 11 anos e 11 meses de prisão e os ex-secretários de Desenvolvimento Social do Município de Ilhéus (Sedes), Jamil Chagouri Ocké e Kácio Clay Silva Brandão, a nove anos de reclusão por crimes de fraudes em licitações. A operação Citrus foi deflagrada em março de 2017 pelo MP com o objetivo de dismantelar um grupo criminoso que praticava fraudes e superfaturamento em procedimentos licitatórios e em contratos realizados pela Prefeitura de Ilhéus. [Confira](#)

MP recomenda medidas para proteger patrimônio público durante transição de mandato em Guanambi

O Ministério Público estadual recomendou ao atual prefeito do Município de Guanambi, Jairo Silveira Magalhães, e ao candidato eleito para o cargo, Nilo Coelho, a adoção de uma série de medidas de prevenção de danos ao patrimônio público neste momento de transição de mandato. Um dos objetivos, explica a promotora de Justiça Tatyane Caires, é assegurar a normalidade dos atos de gestão municipal, com a manutenção do quadro de servidores e a regularidade da prestação de serviços públicos, especialmente aqueles considerados essenciais, como saúde, educação e limpeza pública. Para elaboração das recomendações, [Prossiga](#)

Notícias do MPBA

Balanco anual das ações do MP é apresentado na Semana do Ministério Público

Combate à Improbidade Administrativa

Apenas em 2020, o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) instaurou 3623 procedimentos na defesa do patrimônio público, 2400 Notícias de Fato, 230 Inquéritos Cíveis, 200 Procedimentos Preparatórios de Inquérito Civil, 114 Recomendações, além do ajuizamento de mais de 200 Ações de Improbidade Administrativa e 180 Ações Cíveis Públicas. Em sintonia com as orientações do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam) do MP, os promotores de Justiça têm atuado [Veja mais](#)



Práticas inovadoras e eficiência são temas de debate no segundo dia da Semana do MP

Racionalização da atividade finalística

A programação da manhã contou ainda com a palestra 'Racionalização da atividade finalística com foco em resolutividade e eficiência', que foi ministrada pelo promotor de Justiça Pablo Almeida, e teve como debatedores a procuradora de Justiça Terezinha Maria Lôbo Santos e o promotor de Justiça Frank Monteiro Ferrari, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam). Na ocasião, o promotor de Justiça Pablo Almeida apresentou uma análise quantitativa a respeito dos números de inquéritos cíveis, [Confira](#)

Notícias do MPBA

Semana do MP: membros e servidores envolvidos em projetos que geraram bons resultados para a sociedade são homenageados

Integrantes do Ministério Público estadual que se dedicaram ao desenvolvimento e execução de programas e projetos estratégicos que geraram resultados positivos para a sociedade neste ano de 2020 foram homenageados pela Instituição na manhã desta quarta-feira, dia 16, com o 'Prêmio Executor Destaque'. Um momento de reconhecimento do esforço empreendido por cada promotor de Justiça e servidor e de muito agradecimento pelo empenho e trabalho realizado, destacou a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti. Ela lembrou que este foi um ano de muitas dificuldades, que exigiram mais ainda de cada integrante do MP. Norma Cavalcanti registrou que o ano foi guiado pela esperança, que, conforme Santo Agostinho, tem duas filhas: a indignação, para que se possa mudar o que não concorda, e a coragem, para construir um futuro melhor. "Foi o que fizemos", disse ela, assinalando que o ano foi também de alegrias porque o MP honrou com seus compromissos, investiu no processo de digitalização e qualificou o trabalho. A PGJ registrou o seu agradecimento em conduzir a



Notícias do MPBA



JANINA SCHUENCK
BRANTES SACRAMENTO



instituição, que “tem tantas pessoas talentosas”. “O MP da Bahia é constituído por homens e mulheres de bem”, complementou, frisando que essas pessoas propiciaram um ano de muitos acertos, em que foi possível salvar vidas, proteger a população e colaborar com outros órgãos na luta empreendida contra o coronavírus. Norma aproveitou a oportunidade para homenagear e agradecer “um dos jovens talentos do MP”, o promotor de Justiça Tiago Quadros que, a frente do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), realizou um brilhante trabalho e propiciou uma **Semana do MP de [Prossiga com a leitura](#)**



MILENA MORESCHI
DE ALMEIDA

[Assista ao vídeo da premiação aqui](#)

Notícias do STF

A teor do disposto no art. 37, XIII, da Constituição Federal (CF) (1), é vedada a vinculação remuneratória de seguimentos do serviço público.

Trata-se de ação do controle concentrado de constitucionalidade em face dos arts. 1º e 2º da Lei 4.983/1989 do estado do Maranhão, que estabelecem a isonomia de vencimentos entre diversas carreiras jurídicas. No julgamento da ADI 304 — ocorrido antes do advento da Emenda Constitucional (EC) 19/1998 —, o Supremo Tribunal Federal, ao examinar a mesma lei, admitiu [Confira](#).

Informativo STF - Brasília, 09 a 13 de novembro de 2020 – Nº 999

Servidor público estadual: remuneração de procurador legislativo e vinculação ao subsídio dos ministros do STF

RESUMO: É inconstitucional lei que equipara, vincula ou referencia espécies remuneratórias devidas a cargos e carreiras distintos, especialmente quando pretendida a vinculação ou a equiparação entre servidores de Poderes e níveis federativos diferentes. A norma impugnada, especialmente em seu § 1º, permite interpretação no sentido de que o subsídio da carreira de procurador legislativo da assembleia legislativa estadual estaria atrelado, [Confira](#).

Informativo STF - Brasília, 16 a 27 de novembro de 2020 – Nº 1000

Critério de desempate em concurso público que beneficia aquele que já é servidor da unidade federativa

TESE FIXADA: É inconstitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo.

RESUMO: É incompatível com a Constituição Federal (CF) estabelecer preferência, na ordem de classificação de concursos públicos, em favor de candidato já pertencente ao serviço público. [Confira](#).

Informativo STF - Brasília, 16 a 27 de novembro de 2020 – Nº 1000



Notícias do STJ

Precatório ou Requisição de Pequeno Valor - RPV. Cancelamento. Arts. 2º e 3º da Lei n. 13.463/2017. Reexpedição. Prescrição. Inocorrência.

É imprescritível a pretensão de expedição de novo precatório ou nova Requisição de Pequeno Valor - RPV, após o cancelamento de que trata o art. 2º da Lei n. 13.463/2017. [Prossiga](#)

Informativo STJ nº 0681 - Publicação: 20 de novembro de 2020

Licitação/pregão. Cláusula editalícia. Taxa de administração. Fixação de percentual mínimo. Descabimento. Tema 1038.

Os editais de licitação ou pregão não podem conter cláusula prevendo percentual mínimo referente à taxa de administração, sob pena de ofensa ao artigo 40, inciso X, da Lei n. 8.666/1993. [Leia mais](#)

Informativo STJ nº 0683 - Publicação: 18 de dezembro de 2020



- **Consulta n. 54/2020 - Trata-se de consulta formulada pela 13ª Promotoria de Justiça de Cidadania de Salvador, integrante do GEPAM, solicitando análise jurídica acerca de possível ocorrência de nepotismo envolvendo servidores comissionados do INEMA, que mantém relação conjugal entre si.- [Texto integral](#)**
- **Consulta n. 55/2020 – Trata-se de consulta formulada pela 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari solicitando análise jurídica acerca de: 1) Possível ocorrência de nepotismo envolvendo a nomeação, em 06 de junho de 2020, de pessoa para o cargo comissionado de Assistente de Secretário, vinculado ao Gabinete do Vice Prefeito daquele município; 2) Existência de provas suficientes da noticiada ausência de efetiva prestação de serviços, pelo referido servidor, de modo a caracterizar o expediente fraudulento de enriquecimento ilícito vulgarmente conhecido como “funcionário fantasma”. - [Texto integral](#)**



Expediente



Procuradora-Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CAOPAM - Coordenador
Frank Monteiro Ferrari

CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativas
Evanilda da Silva Santos
Juliana Fernandes Prado
Juliana Gouvea Dumas
Leandro Rodrigues Blanco

CAOPAM - Analista Técnico-Jurídica
Renata Sueli Leite Araújo Barreto

CAOPAM - Estagiário
Douglas Saldanha Rocha Sousa

caopam@mpba.mp.br

☎ 71 3103-6400

☎ 71 3103-6699



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À
MORALIDADE - CAOPAM
Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores
Clique aqui